



ACÓRDÃO Nº1419/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº11076/2017.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Urucará – SAAE.
- 4- **Exercício:** 2016.
- 5- **Responsável:** Afonso Aoki Fonseca (Ordenador de Despesa), Leonardo Correa dos Santos (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** não possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 4115/2022-MP-ESB, Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Urucará – SAAE. Exercício de 2016.

Regularidade com ressalvas. Regularidade. Multa. Recomendação. Ciência.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de, preliminarmente:

10.1. Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas do Sr. **Afonso Aoki Fonseca**, Ordenador das Despesas do Serviço Autônomo de Água e Esgoto-SAAE do Município de Urucará no período de 02/01/2016 a 31/03/2016, nos termos do art. 22, inciso II, da Lei n.º 2.423/96-LO/TCE c/c o artigo 188, §1º, inciso II, da Resolução nº. 04/2002-RITCE, considerando as ocorrências das restrições sobreditas e não sanadas desta instrução, tais estas: o não recolhimento ao respectivo ENTE de direito dos valores retidos a título de INSS - P. Serviços e IRRF, expostas no Balanço Financeiro - anexo 13 e descumprimento no que concerne a Lei Municipal nº 22 de 08 de janeiro de 1990, art. 5º, letra " c" que trata da receita do SAAE;

10.2. Julgar regular a Prestação de Contas do Sr. **Leonardo Correa dos**



ACÓRDÃO Nº1419/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

Santos, conforme art. 22, inciso I, da Lei n.º 2.423/96-LO/TCE c/c o artigo 188, §1º, inciso I, da Resolução nº. 04/2002-RITCE;

10.3. Aplicar Multa ao Sr. **Afonso Aoki Fonseca** no valor de **R\$ 15.654,39** (quinze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos) e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor da multa, nos termos do art. 54, inciso VI, da Lei n.º 2.423/1996-LOTCE/AM, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

10.4. Recomendar ao Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Urucará – SAAE, que mantenha o setor de pessoal organizado e com as declarações atualizadas, conforme o a o art. 13 da Lei nº 8.424/92 e disposições da Lei nº 8.730/93 c/c o art. 289 da Resolução TCE nº 04/2002

10.5. Recomendar ao Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Urucará – SAAE, que regularize débitos pendentes junto à Amazonas Energia, conforme acordo posto no Termo de Confissão de Dívida referente à gestão do Sr. **Afonso Aoki Fonseca**;

10.6. Dar ciência ao Sr. **Afonso Aoki Fonseca**, Ordenador das Despesas do Serviço Autônomo de Água e Esgoto-SAAE do Município de Urucará no período de 02/01/2016 a 31/03/2016, acerca da decisão, na forma do art. 95, da Resolução nº 04/2002, ficando autorizado a emissão de nova notificação caso a primeira seja frustrada. Ato contínuo, se porventura persistir a problemática, para não existir dúvidas quanto à sua validade e



ACÓRDÃO Nº1419/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

eficácia, desde já, autoriza-se a comunicação via editalícia nos termos do art. 97 da Resolução 4/2002 (RITCE/AM);

10.7. Dar ciência ao Sr. **Leonardo Correa dos Santos**, Ordenador das Despesas do Serviço Autônomo de Água e Esgoto-SAAE do Município de Urucará no período de 04/04/2016 a 31/12/2016, acerca da decisão, na forma do art. 95, da Resolução nº 04/2002, ficando autorizado a emissão de nova notificação caso a primeira seja frustrada. Ato contínuo, se porventura persistir a problemática, para não existir dúvidas quanto à sua validade e eficácia, desde já, autoriza-se a comunicação via editalícia nos termos do art. 97 da Resolução 4/2002 (RITCE/AM).

11- Ata: 31ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 23 de Agosto de 2022.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto e Luis Fabian Pereira Barbosa.

13.1. Auditor presente e Relator: Alípio Reis Firmo Filho.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador-Geral, em substituição.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO
Auditor-Relator

EVANILDO SANTANA BRAGANÇA
Procurador-Geral, em substituição